

MAPA *do* da Extrativismo Mangaba *em* Sergipe

Ameaças e Demandas



MAPA *do* da Extrativismo Mangaba *em* Sergipe

Ameaças e Demandas

Embrapa Tabuleiros Costeiros

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/SE)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema/SE)

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh/SE)

Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Equipe Técnica

Coordenação, análise dos dados e levantamento de campo (Municípios de Aracaju, Itaporanga, Japaratuba, Japoatã e São Cristóvão)

Daniel Luís Mascia Vieira
Pesquisador em Conservação de Recursos Naturais
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Fone: (61) 3448-4914 - Fax: (61) 3448-4616
E-mail: dvieira@cenargen.embrapa.br

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues
Analista de Comunicação
Embrapa Tabuleiros Costeiros
Fone: (79) 4009-1382 - Fax: (79) 4009-1399
E-mail: raquel@cpatc.embrapa.br

Análise dos dados e levantamento de campo (Municípios de Pirambu, Pacatuba, Brejo Grande, Japoatã e Japaratuba)

Emanuel Oliveira Pereira
Engenheiro Agrônomo
Incra/SE
E-mail: moabop@uol.com.br

Camila de Santana Amaral
Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário
Incra/SE
E-mail: camila.amaral@aju.incra.gov.br

Elaboração de Sistema de Informação Geográfica e Elaboração de mapa temático

Alessandra da Cunha Moraes
Analista em Geoprocessamento
Embrapa Tabuleiros Costeiros
E-mail: alessandra@cpatc.embrapa.br

Análise dos dados e levantamento de campo (Municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Estância)

Carla Michelle Lessa
Analista Ambiental -
Coordenação de Monitoramento
Diretoria de Unidades de
Conservação de Uso Sustentável e
Populações Tradicionais - DIUSP
ICMBio
E-mail: caulessa@gmail.com

Análise dos dados e levantamento de campo (Municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas)

Jane Velma dos Santos

Analista da Adema/SE

Cargo atual: Secretária de Agricultura

Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros

E-mail: janevelma@hotmail.com

Levantamento de campo (Municípios de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Estância)

Célia Pereira

Diretoria de Unidades de

Conservação de Uso Sustentável e

Populações Tradicionais - DIUSP

ICMBio

E-mail: celiapereiras@gmail.com

Cristiane Barreto

Técnica em Educação Ambiental

Semarh/SE

E-mail: cristiane.barreto@semarh.se.gov.br

Levantamento de campo (Municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas)

Paulo César Umbelino de Oliveira

Coordenador da APA Litoral Sul do

Estado de Sergipe

Semarh/SE

E-mail: umbelinopc@hotmail.com

Revisão de Texto

Josué Francisco Silva Junior

Dalva Maria da Mota

Aldicir Scariot

Projeto Gráfico

Zoltar Design

www.zoltardesign.com.br

Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: ameaças e demandas / Coordenadores, Daniel Luis Mascia Vieira, Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues ; autores, Emanuel Oliveira Pereira ... (et al.). Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.

Possui um mapa das áreas de extrativismo de mangaba em Sergipe de 70 × 99 cm.

Instituições parceiras: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Sergipe, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, Administração Estadual do Meio Ambiente – Sergipe, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sergipe, Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe e Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

ISBN: 978-85-85809-37-9

1. Mangaba. 2. Extrativismo 3. Conservação. 4. Mapeamento. I. Vieira, Daniel Luis Mascia. II. Rodrigues, Raquel Fernandes de Araújo. III. Pereira, Emanuel Oliveira. IV. Amaral, Camila de Santana. V. Moraes, Alessandra da Cunha. VI. Lessa, Carla Michelle. VII. Santos, Jane Velma dos. VIII. Pereira, Célia. IX. Barreto, Cristiane. X. Oliveira, Paulo César Umbelino de Oliveira.

CDD: 338.17



Apresentação

Este documento apresenta o mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe - um diagnóstico sobre a situação do extrativismo realizado por comunidades do litoral sergipano. As áreas de coleta de mangaba foram reconhecidas, em fotos aéreas e imagens de satélite, por moradores dos povoados e assentamentos rurais onde há ocorrência da espécie.

O extrativismo da mangaba é a principal fonte de renda para milhares de famílias que vivem nos tabuleiros costeiros e restingas de Sergipe. São comunidades tradicionais que habitam a região há décadas, mas que na sua maioria nunca tiveram a posse da terra onde coletam os recursos naturais. Hoje, as áreas onde há o extrativismo de mangaba estão sendo ameaçadas pelo cultivo de coqueiro, cana-de-açúcar e eucalipto, construção de infraestruturas turísticas, loteamentos e viveiros de camarão. Também, a monocultura de mangaba começa a ser praticada nas propriedades maiores devido aos preços atrativos e, nas propriedades menores, devido à proibição da coleta em terras alheias. As evidências dos conflitos decorrentes das disputas pelo

uso da terra e a valorização da mangaba foram alguns dos motivos que influenciaram as catadoras de mangaba e os pesquisadores e técnicos da Embrapa e do Incra a se reunirem para entender os aspectos sociais e ambientais da atividade extrativista, assim como as ameaças recentes ao seu exercício. O I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, com a presença de 100 participantes - sendo 83 mulheres - presentes no auditório da Embrapa em Aracaju, e a constituição do Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), ambos ocorridos em 2007, foram a celebração do princípio dessa parceria.

No início de 2008, o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF-SE) tomou conhecimento, por meio do MCM, das ameaças a que estão sujeitas as catadoras e compôs um grupo de trabalho interinstitucional para subsidiar o planejamento de soluções para o extrativismo da mangaba. Reuniram-se técnicos da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Ibama/SE, ICMBio, Incra/SE, Semarh/SE, Adema/SE e Seides/SE a fim de delinear estratégias de ação para respon-

der às reivindicações do MCM, formuladas durante no I Encontro das Catadoras de Mangaba.

As estratégias foram: (i) construção de proposta de criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável; (ii) monitoramento e fiscalização das áreas do bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados; (iii) fortalecimento do MCM; (iv) criação de Resolução Estadual de proibição do corte das mangabeiras. O “Mapa do Extrativismo da Mangaba no Litoral de Sergipe: Ameaças e Demandas” integra o conjunto de ações sugeridas na proposta “Estratégias Interinstitucionais para a Conservação da Atividade Extrativista da Mangaba em Sergipe”, entregue ao MPF-SE em 23 de julho de 2008.

O “Mapa do Extrativismo da Mangaba no Litoral de Sergipe: Ameaças e Demandas” é o primeiro passo para o cumprimento das referidas estratégias e mostra claramente as diversas situações em que se encontra o extrativismo. Ele é recomendado para os gestores municipais, estaduais e federais que tenham sob a sua jurisdição populações

que se dedicam a esta prática. Indiretamente, subsidiará todos aqueles envolvidos com questões agrárias, ambientais, sociais e de gênero. Os gestores podem encontrar, em formato de tabela e mapa, as comunidades e áreas onde as catadoras coletam mangaba, suas principais demandas e o tipo de acesso às plantas. A partir dessas informações, podem selecionar comunidades e áreas com a finalidade de desenvolver projetos de melhoria da qualidade de vida, intensificar a fiscalização ambiental, implantar Unidades de Conservação de Uso Sustentável e prestar assistência técnica agrícola, por exemplo. Já as comunidades mapeadas, podem utilizar o mapa como instrumento de reivindicação para a melhoria de sua qualidade de vida.

É possível que algumas comunidades não tenham sido identificadas no mapeamento, embora a equipe tenha percorrido exaustivamente os municípios onde ocorrem mangabeiras. Entendemos que este mapeamento é dinâmico e novos elementos podem ser incorporados continuamente.



Introdução

O litoral de Sergipe ainda guarda rica variedade de formas de uso e conservação dos recursos da biodiversidade local em áreas remanescentes de restinga, várzeas, matas e manguezais, por populações tradicionais. Há dezenas de comunidades, sejam de pescadores artesanais, marisqueiras, apanhadores de caranguejo, catadoras de mangaba e outras frutas nativas, artesãos etc., combinando essas atividades entre si e/ou com a agricultura e outras formas de geração de renda. Pesquisas realizadas nas áreas costeiras de Sergipe, com o objetivo de prospectar as áreas remanescentes de mangabeira identificaram “um novo tipo de população tradicional: as catadoras de mangaba e de produtos do manguezal” (Mota e Silva Junior, 2003). As catadoras de mangaba são produtoras de saberes e formas de manejo a elas pertinentes e responsáveis pela gestão coletiva de áreas naturais de mangabeiras. Assim como outras populações tradicionais, são cada vez mais consideradas essenciais (Castro, 1997) na conservação da biodiversidade, por ser um tipo de grupo social que se identifica como agente do processo de desenvolvimento sustentável, que tem baixo

impacto sobre o meio ambiente, e assim é visto também pelo resto da sociedade (Almeida, 2004).

Ameaçada de expropriação do seu modo de vida, e que ao longo dos anos garantiu a geração de renda e a conservação da biodiversidade, a população reage e insiste no acesso às áreas naturais de mangabeiras (Mota e Silva Junior, 2003), que também consistem em importante patrimônio genético da espécie. As áreas naturais estão sendo dizimadas e as catadoras de mangaba se veem diariamente sob a ameaça de perder a fonte que assegura 60% de seus rendimentos anuais (Mota et al. 2007). Com isso, estão em perigo de extinção um modo de vida e a biodiversidade que resta na restinga e nos tabuleiros costeiros. As catadoras de mangaba enfrentam problemas socioeconômicos, ambientais e culturais típicos das comunidades pobres, aos quais vêm se somar novos riscos em curso na região litorânea, como a abertura de estradas asfaltadas e de pontes, atividades turísticas e ligadas ao lazer, expansão da urbanização, agricultura e carcinicultura. As áreas de ocorrência natural de mangabeira ten-

dem à privatização e à conversão em outros usos da terra, o que acarretará a subtração das possibilidades de subsistência ou mesmo a expulsão da população que tradicionalmente ali reside. As mudanças observadas na região litorânea são, em grande parte, estimuladas e financiadas pelo Estado, por meio de programas que envolvem a abertura e melhoria de estradas de acesso às regiões de interesse turístico e de expansão imobiliária, assim como a construção de pontes sobre grandes rios. Por exemplo, a construção da chamada Linha Verde, entre os Estados da Bahia e de Sergipe, a construção das pontes sobre o rio Sergipe, ligando Aracaju a Barra dos Coqueiros, e sobre o rio Vaza-Barris, conectando Aracaju a Itaporanga d'Ajuda, e demais projetos que visam comunicar o litoral baiano ao alagoano pela costa.

Até há pouco tempo, agravava a situação o fato de as catadoras não serem escutadas e, portanto, não chamavam a atenção da sociedade para a sua importância e para as crescentes ameaças que as cercavam. Diante disso, em novembro de 2007, foi realizado o I Encontro das Cata-

doras de Mangaba de Sergipe, quando pela primeira vez esse grupo tradicional discutiu seus problemas e delineou ações para a mobilização em defesa dos seus modos de vida e saberes e, conseqüentemente, da conservação das mangabeiras (Mota et al., 2007). Em outubro de 2008, o MCM, criado em 2007 por ocasião da realização do I Encontro, mobilizou o MPF-SE no intuito de revelar a situação de ameaças a que estão sujeitas as catadoras. Em resposta, o Ministério compôs um grupo de trabalho interinstitucional, coordenado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros e composto pelo MCM, Incra/SE, Adema/SE, Semarh/SE, Ibama/SE, ICMBio e Seides/SE para subsidiar o planejamento da conservação da atividade extrativista da mangaba. Em abril de 2009, aconteceu o II Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, cujo objetivo foi analisar as principais conquistas e os obstáculos enfrentados pelo MCM desde sua criação. As iniciativas citadas acima têm privilegiado a interação do conhecimento dos técnicos e demais parceiros e o saber local dos catadores de mangaba sobre o cotidiano do trabalho no extrativismo, como também o levantamento

de problemas enfrentados com as possíveis alternativas de solução. Com este encaminhamento, tem-se possibilitado voz e visibilidade a um grupo social desconhecido até pouco tempo atrás na literatura e no imaginário dos consumidores de frutas nativas.

Faz-se necessária a articulação de políticas públicas agrárias e ambientais objetivando atender às demandas nem sempre explícitas das catadoras de mangaba, especialmente no que se refere à segurança de acesso a terra e aos recursos naturais necessários para a preservação da biodiversidade e dos modos de vida na região litorânea de Sergipe. A garantia de acesso a terra depende, necessariamente, da realização de reforma agrária específica para as catadoras de mangaba, enquanto instrumento de desenvolvimento e inserção social e econômica. A criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, por meio de ação integrada entre o Incra e o ICMBio, é uma alternativa igualmente sugerida para possibilitar a melhoria da qualidade de vida das catadoras de mangaba.



Identificação dos povoados e materiais

O trabalho de campo foi realizado entre setembro de 2008 e junho de 2009, por quatro equipes que se dividiram entre os municípios da Baixada Litorânea e parte dos Tabuleiros Costeiros de Sergipe. A Embrapa mapeou as comunidades dos municípios de Aracaju, Itaporanga d'Ajuda e São Cristóvão. O Incra mapeou os municípios de Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu. Uma equipe mista Embrapa/Incra mapeou os municípios de Japarutuba e Japoatã. A Adema/SE mapeou os municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro de Brotas. A equipe mista ICMBio/Semarh mapeou os municípios de Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy. Pesquisas anteriores, além da parceria com o MCM, permitiram a seleção prévia das áreas, ampliada no decorrer da pesquisa, por meio de depoimentos orais dos entrevistados. Também foram visitados povoados que, embora não apresentassem indícios de extrativismo, serviram para que a equipe confirmasse informações.

Foram plotadas ortofotocartas com resolução espacial de 60 cm (é possível reconhecer a copa de uma árvore), em escala 1:10.000, em formato A1. O levantamento aerofotogramétrico foi desenvolvido pela Secretaria do Planejamento de Sergipe em todo litoral do estado, em 2003, e gentilmente disponibilizado a instituições de pesquisa. Somente para os municípios de Japarutuba e Japoatã, onde não havia reconhecimento de fotografias aéreas, foram utilizadas imagens de satélite do ano de 2005, onde, por meio da técnica de fusão entre imagens, obteve-se uma resolução espacial de 5 metros. Estas também foram cedidas pela Secretaria de Planejamento de Sergipe. Posteriormente fez-se uso de folhas plásticas transparentes presas com clipe aos mapas, possibilitando confeccionar desenhos com canetas de retroprojeter.

Pesquisa nas comunidades

Foram realizadas visitas prévias às comunidades, com o objetivo de apresentar e discutir a proposta com catadoras de mangaba. Verificava-se a disponibilidade de as catado-

ras se reunirem para, por meio de desenhos sobre imagens aéreas, demarcarem as áreas de coleta de mangaba e fornecerem informações sobre seu extrativismo. As catadoras optavam em se reunirem no mesmo dia da visita prévia ou agendavam para uma data e horário que lhes fosse mais conveniente. As reuniões ocorriam predominantemente com membros de uma única comunidade. Nos casos em que as comunidades eram bastante próximas, reuniram-se grupos de até três comunidades em um mesmo encontro. Geralmente, as reuniões ocorriam em colégios ou na casa de alguma catadora, em quantidades quase sempre maiores que cinco e com a presença de homens catadores de mangaba. Após as apresentações, a equipe explicava os objetivos da pesquisa, o histórico de envolvimento das instituições com o tema “mangaba” e os métodos do trabalho. O método consistiu-se em dispor sobre mesas ou chão as fotos aéreas da comunidade e seu entorno e explicar brevemente como as fotos eram feitas. Alguns disseram, entusiasmados, ter presenciado o momento em que as fotos foram feitas, pois o avião sobrevoava as áreas, chamando atenção da comu-

nidade. Em seguida, os catadores eram incentivados a localizar seus pontos de referência nas ortofotocartas como casas, rios, estradas e morros, para entenderem exatamente o que viam nas imagens (em todas as comunidades havia catadores bastante curiosos, empolgados e com excelente percepção da imagem). Após o reconhecimento da imagem, pedíamos para eles apontarem as áreas de coleta da mangaba e dizerem quem era o proprietário e as formas de acesso às plantas (sítios particulares, livre/comum, restrito/ escondido, parceria ou proibido). Pedíamos também para eles mostrarem áreas onde ocorre mangaba, mas onde eles não coletam, e explicarem porque não o fazem. Em seguida, eram dispostas folhas plásticas transparentes sobre as imagens e disponibilizadas canetas coloridas para que os catadores contornassem as áreas de ocorrência da mangaba. Na maioria dos casos, os catadores elegiam como desenhista aquele(a) que estava mais bem localizado(a) em relação à imagem e os demais palpitavam no desenho. Algumas vezes, os técnicos tiveram que assumir o papel de desenhista devido à inibição dos catadores. Enquanto um técnico fazia

o papel de facilitador da atividade de identificação das áreas por meio de desenhos, um segundo técnico estimulava os catadores a explanarem sobre a importância da mangaba como fonte de renda para a comunidade, os gargalos à manutenção e ao desenvolvimento da atividade extrativista e as principais demandas para a melhoria dessa atividade. Para obter essas informações, foram realizadas as seguintes perguntas: i) Quantas famílias existem no povoado? Quantas dessas famílias catam mangaba? ii) Coloquem em ordem de importância na renda familiar os produtos que o povoado mais vende. iii) Qual é o beneficiamento da mangaba? iv) Para quem vocês vendem? v) Por quanto vocês vendem? vi) O que poderia melhorar na atividade extrativista da mangaba (questão livre)? vii) Quais comunidades aqui perto catam mangaba (indicar outras comunidades a serem mapeadas)?

Análise dos dados

Nas folhas de plástico com as áreas de extrativismo delimitadas pelos catadores de mangaba foram assinalados

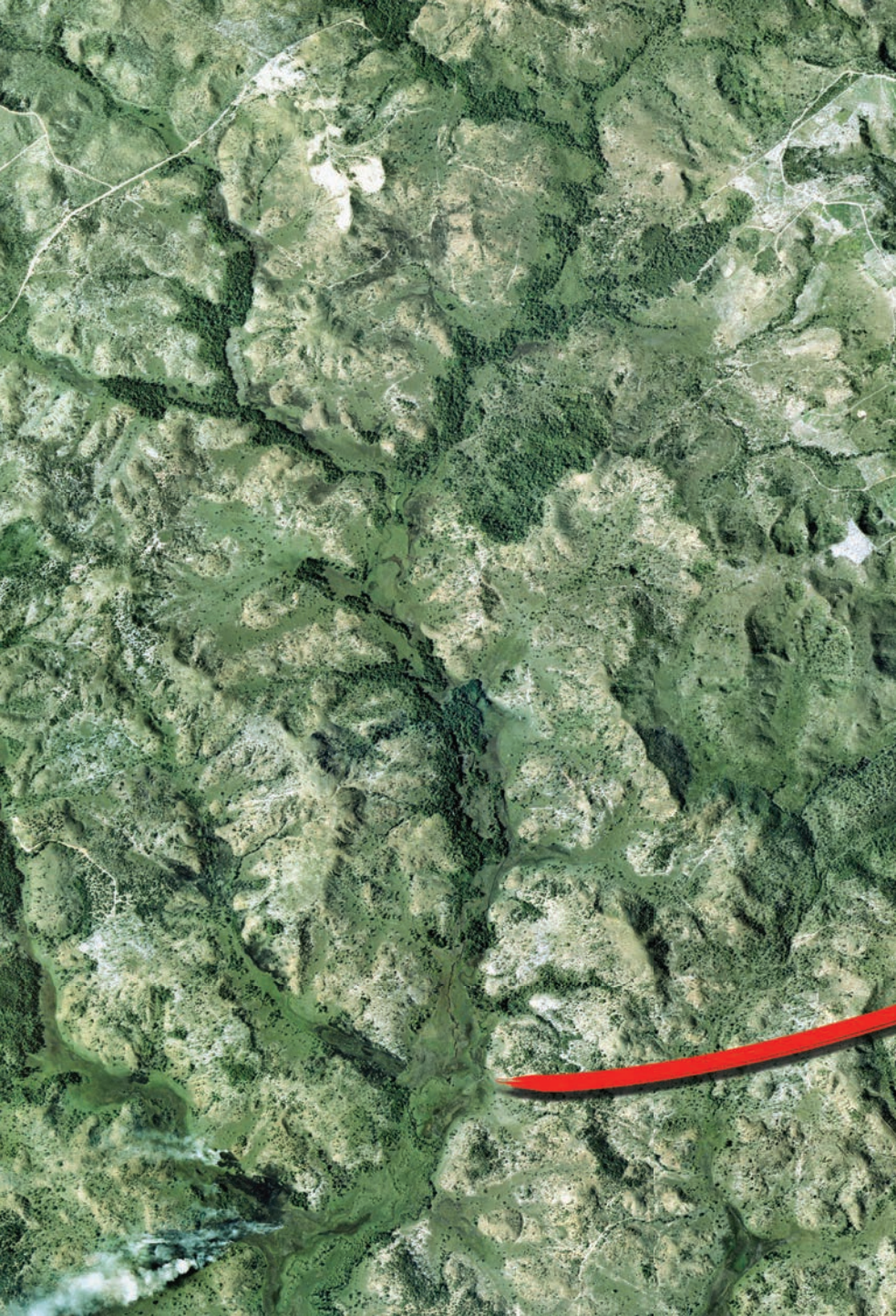
pontos de controle, demarcando as coordenadas das arestas das ortofotocartas. Os plásticos foram fotografados com câmera digital em fundo branco e as fotos foram tratadas e convertidas por programa de desenho em computador. As novas imagens foram exportadas para geração de feições, edição, ajustamento e codificação no AutoCad. Os polígonos (manchas de extrativismo de mangaba) foram preparados para serem importados em ambiente SIG. Paralelamente, uma planilha, contendo dados cadastrais, foi elaborada a fim de ser associada a cada entidade; cada polígono correspondeu a uma linha da tabela. No produto final, as colunas da tabela contêm a identificação da mancha, a comunidade que coleta, o tipo de acesso (proibido, escondido, sistema de compra, permitido, terra própria e conflito), o município correspondente e a equipe responsável pelo mapeamento. Essa análise permitiu a confecção de um mapa síntese de todo o litoral sergipano, associando as áreas de extrativismo aos povoados/assentamentos e a identificação de conflito de uso da terra. Além disso, foi construído um banco de dados geográficos que possibili-

tará análises visuais e espaciais para tomadas de decisão e planejamento.

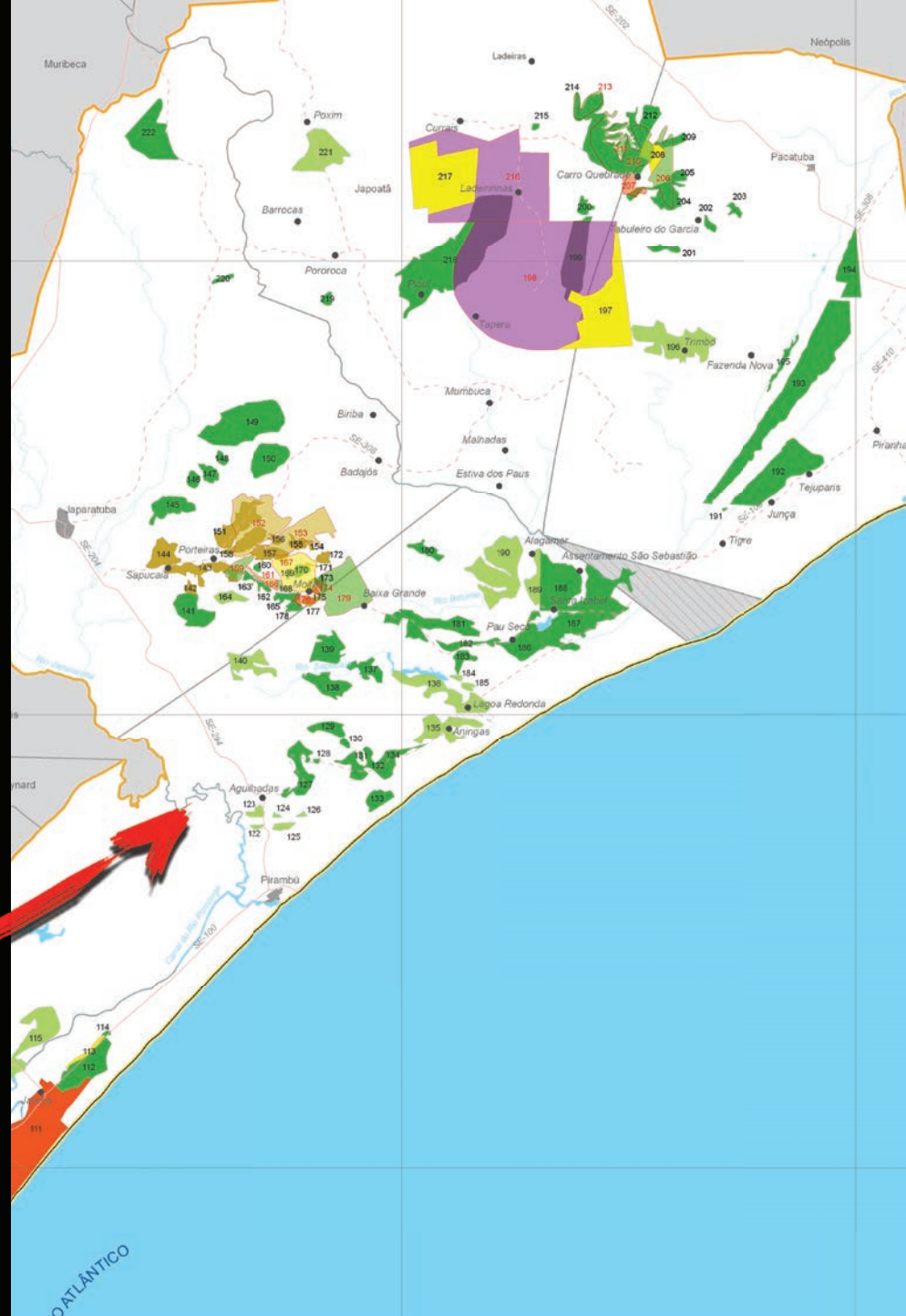
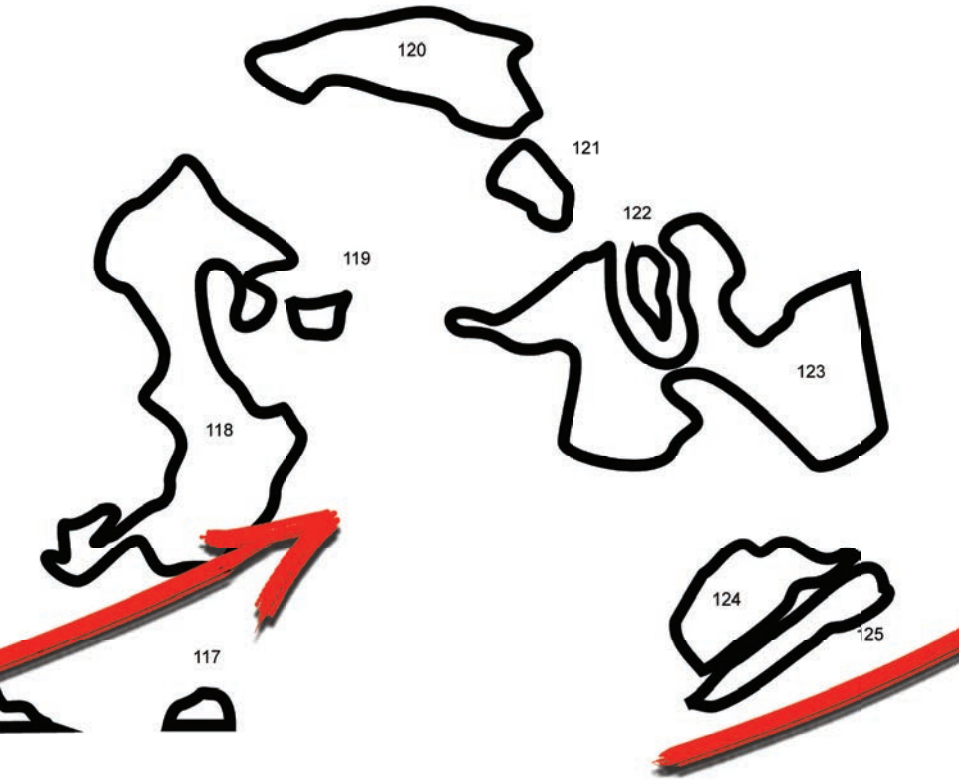
Os dados sobre a importância do extrativismo da mangaba como fonte de renda, as formas de acesso às plantas, as ameaças e as demandas das comunidades para a melhoria da atividade foram sintetizados em uma tabela (ver tabela síntese), disponibilizada também em uma planilha, onde o usuário poderá filtrar essas informações de acordo com os seus temas de interesse (disponível: www.cpatc.embrapa.br).

A cada visita das equipes, em especial as que mapearam o Litoral Norte do estado, eram identificadas novas áreas e comunidades (povoados e assentamentos), que de alguma forma estavam envolvidas com o extrativismo da mangaba, mas, por terem apenas uma família de extrativistas ou pela mangaba ser apenas um complemento de renda, não foram priorizadas nesse mapeamento. A urgência da publicação desta pesquisa devido à intensificação das ameaças e dos conflitos em torno do extrativismo da mangaba, fez-nos op-

tar por disponibilizar os dados, reconhecendo a necessidade de finalizar o trabalho nessas comunidades não atendidas. Assim, a equipe reuniu-se com 52 das comunidades (84%) que fazem extrativismo da mangaba. O usuário irá encontrar células não preenchidas na tabela síntese e um maior número de comunidades identificadas, mas não mapeadas. A comunidade do povoado Preguiça, em Indiaroba, não desenhou o mapa, pois compareceram proprietários de terras à reunião argumentando que o mapeamento serviria para a criação de uma RESEX, e isso não era de seus interesses.



739290
8820027





Os resultados do mapeamento

Nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Japarutuba, Japoatã, Pacatuba, Pirambu, São Cristovão, Santa Luzia do Itanhy e Santo Amaro de Brotas foram encontradas 64 comunidades (58 povoados e seis assentamentos de reforma agrária), ou seja, 1.628 famílias que fazem extrativismo de mangaba em Sergipe. O extrativismo da mangaba está associado a outras atividades econômicas, principalmente pesca e mariscagem nos mangues, extrativismo de outras frutas nativas e exóticas, roça e coco. Outras atividades menos citadas incluem artesanato, emprego não formal e bolsa família.

Além de ser uma atividade que atinge grande contingente populacional, o extrativismo da mangaba tem grande abrangência territorial. Baseando-se nos polígonos desenhados pelas comunidades, percebe-se que as áreas de extrativismo ocupam grandes proporções dos municípios do leste de Sergipe, totalizando 8,3% da região mapeada (não contabilizando as áreas já desmatadas; Tabela 1). No

entanto, apenas uma porção pequena dessas áreas é de sítios próprios (16%). Áreas de livre acesso (permitidas) representam 49% da área total de extrativismo, o que é positivo no presente, mas constitui uma situação provisória na medida em que as terras valorizam e novos incentivos de conversão de áreas surgem. A ameaça ao extrativismo da mangaba fica explícita ao se observar que áreas de extrativismo onde atualmente o acesso é proibido às comunidades somam 12% e áreas em conflito somam 17%. Até o momento, a única iniciativa de considerar essa atividade no planejamento do uso do solo foi a implantação do Assentamento Agro-extrativista São Sebastião em Pirambu.

Tabela 1. Área dos municípios e do extrativismo de mangaba e porcentagens das áreas de extrativismo total e por categoria de acesso em cada município mapeado.

Tabela 1

Nome	Área (ha)		Tipo de Acesso	% por	
	Município	Extrativismo		Acesso	Extrativismo
Aracaju	18.014	184	Em área do Estado de acesso restrito	0,74	1,02
			Impedido por causa de desmatamento	0,28	
Barra dos Coqueiros	9.190	3.270	Em áreas privadas através de contrato de compra	2,59	35,58
			Impedido por causa de desmatamento	0,32	
			Acesso atual livre, em áreas privadas	3,16	
			Impedido por proibição do proprietário	29,13	
			Em sítios próprios	0,38	
Estância	64.763	5.870	Em áreas privadas através de contrato de compra	0,72	9,06
			Acesso atual livre, em áreas privadas	4,45	
			Impedido por proibição do proprietário	0,91	
			Em sítios próprios	2,99	
Indiaroba	31.209	2.359	Em áreas privadas de maneira escondida	0,53	7,56
			Acesso atual livre, em áreas privadas	7,03	
Itaporanga D'Ájuda	75.443	5.298	Impedido por causa de desmatamento	0,21	7,02
			Em áreas privadas de maneira escondida	0,17	
			Acesso atual livre, em áreas privadas	4,10	
			Impedido por proibição do proprietário	0,84	
			Em sítios próprios	1,71	
Japarutuba	36.439	3.277	Em áreas privadas através de contrato de compra	3,53	8,99
			Impedido por causa de desmatamento	0,56	
			Em áreas privadas de maneira escondida	<0,01	
			Acesso atual livre, em áreas privadas	4,70	
			Impedido por proibição do proprietário	0,03	
			Em sítios próprios	0,17	
Japoatã	41.339	7.455	Em áreas privadas com acesso proibido	8,84	18,03
			Impedido por causa de desmatamento	3,51	
			Acesso atual livre, em áreas privadas	4,89	
			Impedido por proibição do proprietário	0,15	
			Em sítios próprios	0,64	
Pacatuba	37.716	5.967	Em áreas privadas com acesso proibido	6,90	15,79
			Impedido por causa de desmatamento	2,10	
			Acesso atual livre, em áreas privadas	5,70	
			Impedido por proibição do proprietário	0,20	
			Em sítios próprios	1,00	
Pirambú	19.821	3.881	Acesso atual livre, em áreas privadas	13,62	19,58
			Em sítios próprios	5,92	
			Em áreas privadas através de contrato de compra	0,05	
Santa Luzia do Itanhý	33.371	711	Impedido por causa de desmatamento	0,05	2,13
			Acesso atual livre, em áreas privadas	1,94	
			Em sítios próprios	0,15	
Santo Amaro das Brotas	23.523	531	Impedido por causa de desmatamento	0,86	2,25
			Acesso atual livre, em áreas privadas	0,03	
			Impedido por proibição do proprietário	0,02	
			Em sítios próprios	1,35	
São Cristóvão	44.069	118	Em sítios próprios	0,27	0,27

Entre as comunidades existe uma grande heterogeneidade na relação com o extrativismo da mangaba. Há comunidades que não têm áreas próprias e coletam em áreas alheias, em populações nativas (não plantadas), como é o caso dos povoados Carro Quebrado e Ladeiras, em Japoatá, Paruí, em Itaporanga d’Ajuda e Preguiça, em Indiaroba. Em Capoã e Jatobá, em Barra dos Coqueiros, as catadoras coletam os frutos nas áreas de terceiros, sendo que a produção é repartida com o proprietário da área.

Há comunidades cujas catadoras têm sítio próprio e vêm enriquecendo as áreas com mudas ou transplante de plântulas de mangabeira, como os povoados Caueira, em Itaporanga d’Ajuda, e Caípe Novo, em São Cristóvão, e os Assentamentos São Sebastião, em Pirambu, e Luiza Mahin, em Itaporanga d’Ajuda. Com a valorização econômica da fruta, essa é uma tendência na maioria das comunidades que têm sítio próprio. A forma de manejo mais comumente observada é o coroamento de árvores e mudas, o transplante de mudas de baixo das copas para áreas abertas, a

semeadura em áreas abertas e a abertura de áreas (corte de árvores da restinga) para o plantio da mangaba. As comunidades da Caueira, em Itaporanga d’Ajuda, e do bairro Santa Maria em Aracaju são exemplos de áreas bastante manejadas.

Entre os extremos de coleta em terras alheias e o manejo intensivo em sítios próprios ou áreas públicas há um gradiente de manejo para o favorecimento das mangabeiras, em detrimento das espécies sem valor, relacionado positivamente com a posse da terra. Além da valorização da fruta, os conflitos cada vez mais freqüentes entre donos de terra e extrativistas favorecem a vontade de plantar mangabeiras pelas comunidades em seus lotes, muitas vezes menores que 1 hectare, para evitar confrontos.

As diferenças na forma de acesso às plantas resultam em demandas bastante variadas entre as comunidades. Comunidades que praticam o extrativismo sem manejo das mangabeiras, aquelas que não têm posse da terra, deman-

dam acesso às plantas por meio da desapropriação das áreas de terceiros, via reforma agrária ou via unidades de conservação de uso sustentável. A solução específica para resolver o acesso dos extrativistas a terra e aos recursos naturais não foi sugerida pelas comunidades, pois embora em Sergipe já existam proposições para criação de Reserva Extrativista, Parque Estadual e Assentamento Agroextrativista em áreas de ocorrência de mangaba, percebemos que essas comunidades se encontram carentes de informações que as subsidiem para opinar a respeito dos mecanismos que possibilitem seu acesso a terra.

Nas comunidades em que os moradores são donos de sítios ou assentados, as demandas são por assistência técnica para produção e plantio de mudas e controle de doenças, bem como acesso a crédito bancário para investir na cultura da mangaba. Independentemente de possuir sítio próprio, a maioria das comunidades demanda canais de comercialização mais seguros e com melhor preço. Demandam também maneiras de tornar a atividade menos sazonal, seja com o

beneficiamento da fruta para polpa (armazenamento ao longo do ano) ou para doces, agregando também valor ao produto. Algumas comunidades até sugerem a instituição do defeso da mangaba, que seria um pagamento pelo governo, à semelhança do que ocorre com o caranguejo, durante a época em que não há produção da fruta.



Recomendações aos gestores públicos

Espera-se que os gestores municipais, estaduais e federais, envolvidos com questões agrárias, ambientais, sociais e de gênero, utilizem o “Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe: Ameaças e Demandas” como uma ferramenta capaz de subsidiá-los na elaboração de políticas públicas específicas para a problemática da atividade extrativista da mangaba. Os resultados deste mapeamento são úteis para fundamentar estratégias de ação visando à conservação da mangabeira e dos recursos naturais associados, melhoria da atividade extrativista e da qualidade de vida das comunidades que desenvolvem o extrativismo da mangaba. A partir da tabela síntese, podem ser rapidamente selecionadas as comunidades que demandam assistência técnica para o cultivo, cursos de capacitação em beneficiamento dos frutos, financiamento para agregação de valor ou acesso a terra. Cada instituição pode buscar na tabela o público alvo para a implantação de políticas públicas.

Há diversas áreas de extrativismo de mangaba sendo desmatadas, cercadas, ou cuja coleta é permitida mediante

pagamento, restringindo ou impedindo que catadores as utilizem. Instituições de planejamento, meio ambiente e reforma agrária podem selecionar áreas para estudos aprofundados sobre a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, intensificar a fiscalização ambiental e considerar o extrativismo no planejamento de uso da terra e dos recursos naturais lá existentes. Este mapeamento é apenas uma dentre as estratégias necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos povos extrativistas de Sergipe. A II Carta Aberta das Catadoras de Mangaba, redigida em abril de 2009, ao final do II Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, demonstra que há muito a se fazer (ver carta na íntegra no próximo item). O entendimento mais detalhado e de longo prazo em cada comunidade se faz necessário para intervenções precisas de políticas públicas. Algumas questões vêm sendo aprofundadas, como as formas de manejo, de comercialização, as ameaças e os conflitos; outras serão iniciadas.

Considerando que essa problemática requer ações integradas de pesquisa e intervenção que permeiem a área de atuação de diferentes instituições, sugerimos ao MPF-SE que continue parceiro e assegurador deste trabalho, solicitando aos gestores comprometimento e envolvendo os órgãos

públicos de planejamento na conservação dos recursos naturais e na garantia dos modos de vida de uma população tradicional sob grande vulnerabilidade social.



II Carta Aberta das Catadoras de Mangaba de Sergipe

Redigida pelo Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe no dia 8 de abril de 2009, em Aracaju.

As catadoras de mangaba, reunidas no II Encontro das Catadoras de Mangaba, em Aracaju, nos dias 7 e 8 de abril de 2009, estão preocupadas com (1) as ameaças à existência das áreas de coleta da mangaba pelo desmatamento das áreas para plantios de cana, eucalipto, coco, viveiros de camarão, loteamentos, hotéis e estradas; cercamento de terras, corte e queima de mangabeiras pelos proprietários; incêndios nas áreas de mangaba; criação de gado que danifica as mangabeiras; a contaminação das áreas de mangabeiras pelo coque transportado no porto do Jatobá e pelos produtos químicos utilizados nos viveiros de camarão; (2) o aumento dos conflitos com vendedores e fiscais da prefeitura para venda da mangaba nos mercados de Aracaju; com a invasão de área de mangabeiras no Assentamento Luiza Mahin pela fazenda de eucalipto; com o impedimento do acesso das catadoras às áreas de mangabeira pelos empregados dos proprietários, inclusive com ameaças violentas.

Por isso vêm de público apresentar as suas reivindicações para melhorar e dignificar as nossas condições de trabalho e vida, quais sejam: acesso à terra em áreas de mangabeira (1) em que todas as catadoras pudessem entrar e pegar mangaba para vender; (2) em novos assentamentos de reforma agrária a serem negociados com o Movimento das Catadoras de Mangaba, (3) e através do arrendamento de terras para a comunidade para o uso de todos; apoio à comercialização (garantia de compra pela Conab e espaço seguro nos mercados; capacitação (doces, geleias, cocadas, bombons e etc); condições de armazenamento e processamento da produção em decorrência da época da produção; assistência técnica e crédito para as catadoras que tem terra plantarem mais mangaba; defeso da mangaba no período da entressafra, considerando a situação do fechamento das áreas que eram tradicionalmente utilizadas.



Literatura Citada

Almeida, M. W. B. As reservas extrativistas e as populações tradicionais. Entrevista do mês.

<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>. Acessado em 14/09/2004

Castro, E. 1997. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Faces do trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente. Castro, E.; Pinton, F. (orgs.). Belém: Cejup, p. 263- 283.

Mota, D. M. da; Silva Júnior, J. F. da. 2003. Populações tradicionais e formas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira no litoral sergipano. Raízes 22: 225-234.

Mota, D. M. da; Schmitz, H.; Silva Júnior, J. F. da; Jesus, N. B. de; Pereira, E. O.; Rodrigues, R. F. de A.; Santos, J. V. dos; Curado, F. F. As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. 68p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 310).

Para entender melhor

Há uma série de estudos sobre as questões socioambientais do extrativismo da mangaba.

Segue uma lista de literatura relevante:

Mota, D. M. da; Silva Júnior, J. F. da. 2003. Populações tradicionais e formas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira no litoral sergipano. *Raízes* 22: 225-234.

Mota, D. M. da; Schmitz, H.; Silva Júnior, J. F. da; Jesus, N. B. de; Pereira, E. O.; Rodrigues, R. F. de A.; Santos, J. V. dos; Curado, F. F. *As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. 68p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 310).

Mota, D. M. da; Pereira, E. O. 2008. Extrativismo em Sergipe: A vulnerabilidade de um modo de vida? *Raízes* 27: 71-79.

Mota, D. M. da; Schmitz, H.; Silva Júnior, J. F. da. 2008. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 46: 121-142.

Mota, D. M. da; Santos, J. V. dos. 2008. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* 30: 40-59.

Schmitz, H.; Mota, D. M. da; Silva Júnior, J. F. da. 2006. Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), 3, Brasília.

Silva Junior, J. F. da; Léo, A. da S. (Org.). Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba, 1., 2003, Aracaju. *Anais... Aracaju*: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003.



Tabela Síntese. Características do extrativismo da mangaba pelas comunidades do estado de Sergipe. O número de famílias na comunidade, o número de famílias extrativistas e a posição da mangaba na renda indicam a importância do extrativismo da mangaba na comunidade e podem ser usados como ferramenta de priorização de políticas públicas. As demandas das comunidades para a melhoria da atividade extrativista servem de orientação para a seleção de comunidades para diversos tipos de políticas públicas. Algumas comunidades não responderam questões da entrevista, ocasionando células vazias.

Tabela Síntese - Parte 1

Comunidade (povoados / assentamentos)	Município	No. de famílias na comunidade	No. de famílias extrativistas	Importância da mangaba como atividade de renda	Ameaças	Demandas
Assentamento Darcy Ribeiro	Itaporanga d'Ájuda	32	32	1	Catadoras de outros povoados coletam nas mesmas áreas;	Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas
Assentamento Dorcelina Folador	Itaporanga d'Ájuda	51	51	1	Eucalipto; Carcinicultura	Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas
Bairro Santa Maria	Aracaju		10	1	Expansão urbana	
Povoado Aldeia, Povoado Sapé e Assentamento Héreder	Santo Amaro de Brotas		11	1		Melhoria dos canais de comercialização
Povoado Aningas, Povoado Lagoa Redonda	Pirambu	240	20	1		Ampliação da área de cultivo/incrementos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto; "Defeso da mangaba"
Povoado Caípe Novo	São Cristóvão	53	53	1		Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto; "Defeso da mangaba"
Povoado Capoa	Barra dos Coqueiros	40	40	1	Proprietários cercam e proíbem a entrada das catadoras; Loteamento	Acesso a plantas/terra
Povoado Carro Quebrado	Japoatã			1	Proprietários cercam e proíbem a entrada das catadoras; Cana-de-açúcar; Eucalipto	
Povoado Caueira	Itaporanga d'Ájuda			1	Catadoras de outros povoados coletam nas mesmas áreas	Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento

Tabela Síntese - Parte 2

Comunidade (povoados / assentamentos)	Município	No. de famílias na comunidade	No. de famílias extrativistas	Importância da mangaba como atividade de renda	Ameaças	Demandas
Povoado Convento	Indiaroba	150	40	1		Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização
Povoado Gravatá, Povoado Farnaval	Estância	100	30	1	Carcinicultura	Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto; Capacitação em organização social
Povoado Jatobá	Barra dos Coqueiros	15	4	1	Proprietários cercam e proíbem a entrada das catadoras; Loteamento	Acesso a plantas/terra
Povoado Ladeiras	Japoatã	280	280	1		Acesso a plantas/terra
Povoado Manoel Dias	Estância	300	100	1	Loteamento; Carcinicultura	Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto; Capacitação em organização social; "Defeso da mangaba"
Povoado Massadiço	Estância	60	45	1		Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto; Capacitação em organização social
Povoado Pontal	Indiaroba	400	120	1	Proprietários cercam e proíbem a entrada das catadoras; Loteamento; Carcinicultura	Acesso a plantas/terra; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto; Capacitação em organização social

Tabela Síntese - Parte 3

Comunidade (povoados / assentamentos)	Município	No. de famílias na comunidade	No. de famílias extrativistas	Importância da mangaba como atividade de renda	Ameaças	Demandas
Povoado Preguiça	Indiaroba	350	150	1	Proprietários cercam e proíbem a entrada das catadoras; Carcinicultura	
Povoado Reboleirinha	Estância	200	100	1		Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto; Capacitação em organização social
Povoado Terra Caída	Indiaroba	400	300	1		Assistência técnica; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto; Capacitação em organização social
Povoado Baixa Grande, Povoado Moita Redonda, Povoado Porteiras	Pirambu	75	55	1	Cana-de-açúcar; Eucalipto; Falta de organização social; Falta de outras alternativas de renda	Capacitação em agregação de valor ao produto
Povoado Timbó	Pacatuba	90	90	1		Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Melhoria dos canais de comercialização
Povoado Alagamar, Assentamento São Sebastião, Povoado Pau Seco e Povoado Santa Izabel	Pirambu			1	Falta de organização social	Assistência técnica; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em organização social

Tabela Síntese - Parte 4

Comunidade (povoados / assentamentos)	Município	No. de famílias na comunidade	No. de famílias extrativistas	Importância da mangaba como atividade de renda	Ameaças	Demandas
Povoado Sapucaia	Japarutuba			1	Cana-de-açúcar	Acesso a plantas/terra; Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização
Povoado Rua da Palha e Povoado Pedra Furada	Santa Luzia do Itanhi	349	26	1		Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento; Melhoria dos canais de comercialização; Capacitação em agregação de valor ao produto
Assentamento Luzia Mahin (Povoado Rio Fundo do Abaís)	Itaporanga d'Ájuda	11	1	2	Eucalipto	Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas; Unidades de beneficiamento/processamento; Capacitação em agregação de valor ao produto
Povoado Olhos d'Água	Barra dos Coqueiros	4	3	2	Loteamento	Acesso a plantas/terra
Sítio São João (Povoado Pariporé)	Itaporanga d'Ájuda	14	14	2	Catadoras de outros povoados coletam nas mesmas áreas	Melhoria dos canais de comercialização
Povoado Aguilhadas	Pirambu	177		3		Melhoria dos canais de comercialização
Povoado Encruzilhadas	Japarutuba	70	10	3	Cana-de-açúcar	Acesso a plantas/terra; Assistência técnica; Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas
Povoado Maracujá	Pacatuba			Renda secundária		
Povoado Tabuleiro do Garcia	Pacatuba	46	3	Renda secundária		
Povoado Tigre	Pacatuba			Renda secundária		Unidades de beneficiamento/processamento
Povoado Paruí	Itaporanga d'Ájuda			Renda secundária	Carcinicultura	Ampliação da área de cultivo/insumos agrícolas
Assentamento Ladeiras (Etapas A e B)	Japoatã	300	11	Renda secundária		Unidades de beneficiamento/processamento

Tabela Síntese - Parte 5

Comunidade (povoados / assentamentos)	Município	No. de famílias na comunidade	No. de famílias extrativistas	Importância da mangaba como atividade de renda	Ameaças	Demandas
Povoado Alagoinhas	Pacatuba		1	Renda secundária		
Povoado Currais	Japoatã		4	Renda secundária		
Povoado Fazenda Nova	Pacatuba		1	Renda secundária		
Povoado Junça	Pacatuba			Renda secundária		
Povoado Piauí de Baixo	Japoatã	25	2	Renda secundária		
Povoado Piranhas	Pacatuba	97		Renda secundária		
Povoado Poxim	Japoatã		1	Renda secundária		
Povoado Tejuparis	Pacatuba		10	Renda secundária		



Agradecimentos

Às Catadoras de Mangaba de Sergipe, por mapearem suas áreas de extrativismo, tornando possível esta publicação. Ao MPF/SE por assegurar a realização desta pesquisa, solicitando aos gestores comprometimento e envolvendo os órgãos de planejamento do Estado de Sergipe.

Realização

Apoio



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



